



EDITAL CAU/PE Nº 01/2018 DE PROCESSO SELETIVO PARA CONCESSÃO DE PATROCÍNIO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – ATHIS

SUMÁRIO

1. INFORMAÇÕES PRELIMINARES
2. DO CRONOGRAMA
3. DO OBJETO
4. DO FUNDAMENTO LEGAL
5. DOS RECURSOS FINANCEIROS
6. DOS PROPONENTES
7. DA INSCRIÇÃO
8. DA SELEÇÃO
9. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
10. DAS SANÇÕES
11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ANEXOS I e II

O CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE PERNAMBUCO – CAU/PE, autarquia federal de fiscalização profissional, instituída pela Lei Federal nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, no uso de suas atribuições, conforme a Resolução CAU/BR nº 94, de 7 de novembro de 2014, que regulamenta a concessão de apoio institucional pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), caracteriza as suas modalidades e dá outras providências, **torna pública a abertura do processo seletivo para concessão de patrocínio de Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social– ATHIS**, com a finalidade de selecionar uma proposta para Assistência Técnica Habitacional de Interesse Social (ATHIS), na modalidade de patrocínio, consoante os termos deste Edital e da Lei 11.888, de 24 de dezembro de 2008, que assegura o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social.

1. INFORMAÇÕES PRELIMINARES

1.1 Trata-se de Assistência Técnica Habitacional de Interesse Social (ATHIS) para as unidades unifamiliares do Conjunto Habitacional Padre José Edwaldo Gomes, à rua Lemos Tôrres, 49 - Casa Forte, Recife - PE, 52060-310, conforme planta baixa do ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA, do presente Edital.

1.2 O inteiro teor deste Edital poderá ser obtido gratuitamente no sítio eletrônico do CAU/PE, ou solicitado na sede do Conselho, no horário de 8h00 às 14h00, mediante pagamento pelas cópias reprográficas.

1.3 Se por qualquer motivo imprevisto não houver expediente no CAU/PE nas datas fixadas no Cronograma que impeça sua realização, esta ficará automaticamente transferida para o primeiro dia útil seguinte, no mesmo horário, independente de comunicação.

1.4 Das decisões deste Edital, bem como dos demais atos necessários à sua execução, dar-se-á publicidade no sítio eletrônico do CAU/PE ou através de publicação no Diário Oficial da União, nos termos da lei, quanto à publicação das propostas selecionadas e publicação das



propostas habilitadas. Os interessados deverão observar este disposto, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes da inobservância das publicações oficiais.

2. DO CRONOGRAMA

O presente Edital obedece a este Cronograma. Os eventos relativos a seu cumprimento dar-se-ão nas dependências do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco – CAU/PE, localizado na Rua General Joaquim Inácio, 830 - salas 1107 a 1112 - Empresarial The Plaza Business Center - Ilha do Leite – Recife, PE – CEP: 50070-270, (81) 3040.4004, de segunda a sexta-feira, das 8h às 14h.

EVENTO	DATAS/PRAZO
PUBLICAÇÃO DO EDITAL	18 de dezembro 2018.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	De 17 de dezembro de 2018 a 31 de janeiro de 2019.
PUBLICAÇÃO DAS PROPOSTAS SELECIONADAS	15 de fevereiro de 2019.
TERMO FINAL DO PRAZO DE RECURSO ADMINISTRATIVO	22 de fevereiro de 2019.
PRAZO PARA RECONSIDERAÇÕES	01 de março de 2019.
TERMO DO PRAZO PARA DECISÃO DOS RECURSOS	08 de março de 2019.
HOMOLOGAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS DECISÕES	15 de março de 2019.
PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL	22 de março de 2019.
PERÍODO DE EXECUÇÃO	De 01 de abril de 2019 a 31 de maio de 2019.

3. DO OBJETO

Este EDITAL visa à seleção de propostas submetidas por pessoas jurídicas constituídas como entidades, devidamente registradas no CAU, com sede e atividade no Estado de Pernambuco, tendo entre as pessoas físicas que as constituem pelo menos um arquiteto e urbanista responsável técnico, devidamente registrado no CAU e adimplente, que apresentem propostas de projeto, de acordo com os procedimentos previstos na Lei nº 11.888/2008, na Resolução CAU/BR nº 94/2014, e conforme Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

4. DO FUNDAMENTO LEGAL

Esta modalidade de concessão de patrocínio está prevista na Resolução CAU/BR nº 94, de 7 de novembro de 2014, em conformidade com a Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, com a Lei nº 11.888/2008, com o Regimento Interno do CAU/PE, com o art. 6º da Constituição Federal, e consoante o especificado na alínea r do inciso V do caput do art. 4º da Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001.

5. DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1 O montante de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), destinado ao presente Edital está previsto no planejamento orçamentário do CAU/PE para 2018, devendo os encargos fiscais serem deduzidos pelo proponente.

5.2 Os recursos destinados ao presente Edital não podem ser destinados a nenhuma ação não prevista neste Edital.

5.3 Recursos que tenham sido repassados serão devolvidos ao CAU/PE pelo proponente caso a proposta não seja executada na íntegra e totalidade ou caso o serviço seja prestado por um valor menor do que o valor apresentado na proposta.

5.4 Para a concessão dos recursos o CAU/PE considerará o retorno institucional, baseando-se na relevância da ação e nos potenciais benefícios diretos e/ou indiretos para a Arquitetura e Urbanismo.



5.5 A liberação de recursos está condicionada ao cumprimento das cláusulas contratadas, na ordem do cronograma de desembolso, fixada no contrato.

5.6 Os recursos serão repassados para a conta corrente indicada no ANEXO II - Formulário de inscrição, conforme cronograma de desembolso, fixada no contrato.

6. DOS PROPONENTES

6.1 Poderão participar deste Edital as pessoas jurídicas constituídas como entidades, devidamente registradas no CAU, com sede e atividade no Estado de Pernambuco, tendo entre as pessoas físicas que as constituem pelo menos um arquiteto e urbanista responsável técnico, devidamente registrado no CAU e adimplente.

6.2 Somente são elegíveis propostas cuja execução das atividades técnicas ocorram no período de 01 de abril de 2019 a 31 de julho de 2019, previsto no Cronograma.

6.3 Cada proponente poderá apresentar uma única proposta a este Edital. A entrega de mais de uma proposta pela mesma pessoa jurídica invalidará a anterior.

6.4 O proponente é responsável pela execução das ações necessárias à realização da proposta, não cabendo ao CAU/PE atribuições operacionais de qualquer natureza para o proponente realizar o objeto deste Edital.

7. DA INSCRIÇÃO

O ato de inscrição compreende a entrega de um envelope lacrado contendo dois envelopes, um de habilitação e outro contendo a proposta.

7.1 O recebimento dos envelopes será, conforme o Cronograma, de 17 de dezembro de 2018 a 31 de janeiro de 2019.

7.2 O recebimento será comprovado por meio de Aviso de Recebimento-AR ou por protocolo de recebimento emitido pelo CAU/PE no ato da entrega do material na sede do CAU/PE.

7.3 Serão considerados as propostas postadas via correio até 31 de janeiro de 2019.

7.4 O envelope lacrado deve identificar:

A) Destinatário:

CAU/PE – Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco
Rua General Joaquim Inácio, 830 - salas 1107 a 1112 - Empresarial The Plaza
Business Center - Ilha do Leite – Recife, PE – CEP: 50070-270.
EDITAL CAU/PE N° 01/2018

B) Remetente:

Razão Social e endereço completo do proponente.

C) O envelope lacrado deve conter em seu interior dois outros envelopes também lacrados:

I- Envelope de habilitação, com os documentos especificados no item 8.1.1 deste edital e o Formulário de inscrição, ANEXO II deste Edital.

II- Envelope da proposta contendo:

O programa a ser atendido, projeto básico de arquitetura, indicando as hipóteses adotadas e a motivação da adoção dessas hipóteses.

7.2 O CAU/PE não se responsabilizará por extravios ou por atrasos ocorridos durante o envio da documentação de inscrição por via postal.

7.3 Documentação apresentada fora das especificações e do prazo fixado neste Edital implicará na desclassificação do proponente.



8. DA SELEÇÃO

8.1 O Presidente do CAU/PE encaminhará ao Conselho Diretor do CAU/PE, nos termos do art. 153, inciso XV, do Regimento Interno, as inscrições das propostas de concessão de apoio institucional às atividades de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social.

8.2 Caberá ao Conselho Diretor do CAU/PE:

I- Verificar as condições de habilitação das propostas, julgá-las e homologar o resultado do processo seletivo.

II- Receber, analisar e dar parecer a pedidos de impugnação, revisão, retificação e esclarecimentos dos termos deste edital.

8.3 Da habilitação

Essa fase compreende a análise da habilitação e regularidade jurídico-fiscal do proponente e terá **caráter eliminatório**. O CAU/PE publicará as propostas habilitadas conforme o Cronograma, item 2 do presente neste Edital. A habilitação não garante o patrocínio e não implica a aprovação das condições apresentadas pelo proponente. Serão habilitadas:

8.3.1 Pessoas jurídicas que atendam o item **6.1** e apresentem os seguintes documentos em seus prazos de vigência:

I - ato constitutivo, contrato social ou estatuto social com as alterações, se houver, devidamente registrados nos órgãos competentes;

II - ata de eleição e/ou ato de designação das pessoas habilitadas a representar a pessoa jurídica, se for o caso;

III - prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);

IV - prova de inscrição nos cadastros estadual e municipal de contribuintes, se houver;

V - carteira de identidade e prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) dos representantes legais;

VI - provas de regularidade fiscal, sendo:

a) Certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos e contribuições federais e a dívida ativa da União, expedida pelo órgão da Receita Federal do Brasil;

b) Certidão negativa de débitos relativos a contribuições previdenciárias e a de terceiros, expedida pelo órgão da Receita Federal do Brasil;

c) Certificado de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedido pela Caixa Econômica Federal;

d) Certidões negativas de tributos estaduais e municipais, ou, em se tratando de contribuinte isento, cópia do documento de isenção, emitidos pelo órgão competente do Estado e do Município.

e) Certidão de Registro e Quitação Pessoa Jurídica – CRQ-PJ, emitida pelo CAU, do proponente.

f) Certidão de Registro e Quitação Pessoa Física – CRQ-PF, emitida pelo CAU, do arquiteto e urbanista responsável técnico.

g) Certidões de Acervo Técnico com atestado – CAT-A, emitidas pelo CAU ou pelo Crea-PE, do arquiteto e urbanista responsável técnico, que comprove os serviços técnicos no âmbito da Arquitetura e Urbanismo que tenham sido por ele realizados e registrados, nos termos da Resolução CAU/BR nº 93/2014, e coerentes com o objeto deste Edital.

8.4 Os proponentes deverão manter a validade da documentação de habilitação durante o processo seletivo até a conclusão do contrato, e deverão se responsabilizar em enviar ao



CAU/PE nova documentação em caso de vencimento ou alteração de algum dos documentos apresentados.

8.5 Não serão patrocinadas propostas:

- a) em desacordo com a missão institucional e finalidade do CAU/PE e deste edital;
- b) que não evidenciem benefícios para a ATHIS;
- c) cujo proponente tenha prestação de contas de patrocínio anterior recusada, rejeitada, ou inconclusa, ou esteja inadimplente perante o CAU/PE, qualquer que seja a motivação;

8.5.1 O CAU/PE poderá recusar a concessão de patrocínio sempre que, mesmo apresentadas as contas de convênio anteriores e pendentes de exames, constate deficiências da execução do objeto ou da própria prestação de contas.

8.6 O Patrocinado que tiver suas contas reprovadas nos termos do item 7.3, letra “C”, ficará impedido de participar de qualquer chamada pública de patrocínio deste Conselho pelo período de 02 (dois) anos consecutivos, independentemente da sua regularização.

8.7 É vedada a participação de empregados, dirigentes do CAU/PE e Conselheiros, bem como seus cônjuges, companheiros ou parentes até segundo grau, no projeto a ser patrocinado.

8.8 Não serão patrocinados projetos propostos por entidade que não seja responsável legal pelo projeto inscrito ou pela captação de recursos ou ainda pelas contrapartidas ofertadas.

8.9 Fase de aprovação

Essa fase compreende a análise da expertise do responsável técnico, por meio da CAT-A apresentada e a análise das hipóteses adotadas no projeto básico de arquitetura. De **caráter classificatório**.

8.10 Análise e julgamento das propostas

8.10.1 Após o ato de inscrição serão abertos e conferidos os envelopes de habilitação dos proponentes. Excluídos os inabilitados, abre-se os envelopes das propostas. Não serão abertos os envelopes dos proponentes não habilitados.

8.10.2 De **caráter classificatório**, a análise e julgamento das propostas inscritas será realizada pelo Conselho Diretor do CAU/PE em seções especialmente convocadas para esta finalidade. Para tanto serão adotados os seguintes critérios de análise e atribuídas as seguintes notas:

Critérios de análise	Nota
A expertise do responsável técnico, comprovada por meio da CAT-A.	6,0
A análise das hipóteses adotadas no projeto básico de arquitetura.	4,0
Total	10,0

8.10.3 O CAU/PE publicará o resultado da seleção conforme o Cronograma, no item 2 deste Edital, dando ampla publicidade, sendo de exclusiva responsabilidade do proponente acompanhar comunicados e convocações.

8.10.4 Será considerado desistente o proponente que não comparecer para assinatura do Contrato, nas dependências do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco – CAU/PE, na data informada em comunicação oficial por via postal com aviso de recebimento.

8.10.5 Havendo desistência ou não atendimento à convocação, poderá o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco – CAU/PE proceder à convocação do proponente classificado subsequentemente.

8.11 Contratação

8.11.1 O proponente selecionado assinará um contrato que detalhará os direitos e obrigações de ambas as partes signatárias.

8.11.2 Para a assinatura do contrato o proponente deverá ter atendido todas as condições previamente estabelecidas e a plena concordância de todos os termos deste Edital.



8.11.3 É vedada a subcontratação parcial e total do objeto deste edital.

9. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

9.1 A prestação de contas dos recursos recebidos pelo proponente deve ser feita conforme estabelecido na Resolução CAU/BR nº 94/2014.

9.2 A prestação de contas deverá conter elementos que permitam ao CAU/PE certificar-se que o objeto contratado foi executado conforme pactuado.

9.3 O proponente deverá apresentar a prestação de contas através dos seguintes documentos:

9.3.1 Relatório de Execução, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do término da execução do objeto contratado, prorrogável por até quinze dias, mediante justificativa e solicitação prévia do proponente;

9.3.2 Relatório Financeiro, no prazo de até 60 (trinta) dias, a contar do término da execução do objeto contratado, prorrogável por até quinze dias, mediante justificativa e solicitação prévia do proponente,;

9.4 A prestação de contas divulgadas no sítio eletrônico do CAU/PE, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação dos resultados.

9.5 No caso de as contas serem aprovadas com ressalvas ou rejeitadas, poderá ser instaurado processo para apurar as responsabilidades e eventuais danos ao Erário.

10. DAS SANÇÕES

10.1 Quando a execução do objeto contratado estiver em desacordo com o plano de trabalho e da legislação específica, o CAU/PE poderá aplicar as seguintes sanções:

10.2.1 Advertência, de caráter preventivo, aplicável quando verificadas impropriedades praticadas pelo proponente que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave;

10.2.2 Suspensão temporária. Aplicável nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a administração pública federal. A sanção de suspensão temporária impede o proponente de participar de chamamento público e celebrar parcerias ou contratos com órgãos e entidades da administração pública federal por prazo não superior a dois anos; e

10.2.3 Declaração de inidoneidade, que impedirá o proponente de participar de chamamento público e celebrar parcerias ou contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que ocorrerá quando o proponente ressarcir a administração pública federal pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo de dois anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade

10.2 Da advertência, prevista no item 10.2, caberá defesa ao Conselho Diretor do CAU/PE, no prazo de 10 (dez) dias, no prazo de dez dias, contados da data de ciência da advertência.

10.3 Da suspensão temporária prevista no item 10.2.2, caberá recurso administrativo ao Conselho Diretor do CAU/PE, no prazo de dez dias, contados da data de ciência da decisão.

10.4 As sanções previstas aqui poderão ser aplicadas cumulativamente as penalidades previstas nos artigos 63 a 72 da Lei 13.019, de 2014 e artigos 62 a 70, do Decreto 8.726, de 2016.



11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 O ato de inscrição pressupõe plena concordância de todos os termos deste Edital.

11.2 Fica a critério do CAU/PE modificar os termos deste edital, a qualquer tempo, que serão adicionados ao seu corpo como retificações, e publicadas sem aviso prévio, não cabendo recursos.

11.3 Fica estabelecido o website do CAU/PE para a divulgação de quaisquer informações públicas sobre o presente certame, sem prejuízo da utilização de outros veículos de comunicação, oficiais ou não.

11.4 O CAU/PE reserva-se o direito de divulgar o patrocínio e de utilizar, quando julgar oportuno, imagens e produtos relativos à execução do objeto deste Edital em suas ações e peças de comunicação institucional, bem como em seu portal na Internet, sem qualquer ônus adicional ao valor contratado. Dessa forma, os termos contratuais entre o proponente e o CAU/PE devem contemplar a extensão da cessão de direito de utilização de imagens, ilustração, voz, fotografia, fotografado, fotógrafo e produtos para as ações de comunicação do CAU/PE, quando for o caso.

11.5 As propostas não selecionados ou inabilitados no âmbito desta Chamada Pública ficarão disponíveis para coleta pelos proponentes no endereço do CAU/PE por 90 (trinta) dias após 22 de março de 2019, data da publicação do resultado final, após o que serão descartados.

11.6 Os casos omissos serão dirimidos pelo Conselho Diretor do CAU/PE.

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

Termo de Referência para contratação de pessoa jurídica para elaborar projeto de arquitetura de interiores para as unidades unifamiliares do Conjunto Habitacional Padre José Edwaldo Gomes, à rua Lemos Tôrres, 49 - Casa Forte, Recife - PE, 52060-310, Gomes, nos termos deste Edital.

2. DO OBJETIVO

Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de arquitetura de interiores contemplando:

2.1 Elaboração de estudo e anteprojeto arquitetônico.

2.2 Elaboração de projeto executivo e detalhamento de arquitetura.

2.3 Elaboração de projetos complementares elétrico de baixa tensão e hidrossanitário compatibilizados com o projeto executivo.

2.4 Elaboração das planilhas de quantitativos e orçamento.

2.5 Elaboração do memorial descritivo de acabamentos e materiais.

2.6 Reuniões de alinhamento e acompanhamento.

Os itens aqui listados devem atender:

Plantas baixas contendo, no mínimo: denominação e área dos ambientes, áreas parciais e totais, indicação de cortes, detalhes e seções parciais, cotas métricas, indicação de elementos do sistema estrutural, codificação dos detalhes construtivos (portas, janelas, etc.), representação técnica de escadas e de acesso externo, indicação de prumadas e de pontos de distribuição de água e esgoto, rebaixos, vazios e projeções, indicação de acessibilidades, indicação de nível de piso acabado, indicação de enchimentos, layout e especificações de materiais, planta de forro, indicação de áreas molhadas, bancadas, cortes de peças em granito e mármore, pingadeiras, paginação de pisos.

Cortes contendo, no mínimo: dimensionamento de elementos considerados necessários,



distinção entre elementos estruturais e elementos de vedação, cotas verticais (pés direitos, aberturas, portas, peitoris, vergas, vãos, piso a piso, rebaixos, forro, etc.).

Projeto hidrossanitário contendo, no mínimo todos os pontos hidráulicos (vasos, lavatórios, duchas, pias, torneiras, etc.), e diretrizes da concessionária de serviço público local. O projeto deverá ser elaborado em nível de projeto executivo, detalhado, atendendo todas as normas técnicas e a legislação vigente. O projeto deverá ainda apresentar memorial descritivo, lista de materiais e especificações técnicas necessárias para a contratação e a execução da obra.

Projeto elétrico de baixa tensão contendo, no mínimo a solução e detalhamento, incluindo: indicação da posição do quadro geral, marcação dos pontos elétricos, interruptores e tomadas; dimensionamento de cabos e circuitos; localização dos quadros elétricos; diagramas; mapa de cargas de tomadas e equipamentos elétricos; circuitos para chuveiros e ar condicionado; legenda com os símbolos e as abreviações adotados em cada prancha. Deverão ser atendidas todas as normas técnicas e a legislação vigente. O projeto deverá ainda apresentar memória de cálculo, memorial descritivo, lista de materiais e especificações técnicas necessárias para a contratação e a execução da obra.

Todas as pranchas devem ser numeradas em ordem crescente e apresentar carimbo com identificação do contratante, contratado e informações técnicas.

Reuniões de alinhamento e acompanhamento: antes e durante a execução dos serviços contratados, o proponente deverá estar articulado com a Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Padre José Edwaldo Gomes e promover pelo menos duas reuniões de alinhamento e acompanhamento. Os assuntos tratados em tais reuniões deverão ser registrados e relatados ao CAU/PE, que não fornecerá ao proponente insumos de nenhuma natureza para a realização destas reuniões.

3. DO PLANO DE TRABALHO

O Plano de Trabalho é um relatório que antecede a elaboração dos serviços técnicos de arquitetura de interiores e deverá conter, no mínimo, os seguintes itens:

3.1 Aspectos gerais

Contextualização e metodologia de abordagem do problema, histórico, localização, terreno, topologia, documentação, participação popular, conceitos e dados da realidade regional e local, marcos referenciais do contexto urbano, referenciado e ilustrado com mapas e fotos;

3.2 Cronograma

Em conformidade com o período de execução previsto no Cronograma, de 01 de abril de 2019 a 31 de maio de 2019.

3.3 Unidades atendidas

Após reunião de alinhamento e acompanhamento, a liderança do Conjunto Habitacional Padre José Edwaldo Gomes fornecerá ao proponente a lista identificando as unidades que serão atendidas.

4. DA APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Os resultados devem ser apresentados ao CAU/PE em forma de relatório, escrito em língua portuguesa, fonte tamanho 12, arial em 02 (duas) vias impressas e 01 (uma) via em meio digital. O número máximo de laudas é 30 com ilustrações, exceto capa e contra-capas.

Também devem ser fornecidos em CD ou DVD ou dispositivo USB, conforme o conteúdo, formatado e gravado no editor de texto “Word” e planilhas “Excel”.



ANEXO II - Formulário de inscrição

1. Proponente				Reservado ao CAU/PE
Razão Social				
C.N.P.J	Registro CAU	Inscrição Municipal Inscrição Estadual		
Endereço			Nº	
Bairro	Cidade	Estado	CEP	
Telefone	Website		E-mail	
2. Representante legal				
Nome		RG	CPF nº	
Telefone	Celular	E-mail		
3. Responsável técnico				
Nome		Cargo	Celular	
Telefone	CAU	E-mail		
4. Dados bancários				
Titular				
Conta Corrente		Agência	Banco	
Solicito inscrição e declaro estar ciente das normas deste Edital, do cumprimento dos seus dispositivos e decisões do CAU/PE a ele relativos.				
Recife, ____ de _____ de 2019.				
_____ Representante legal do proponente				

1. Nos casos em que o campo de preenchimento no formulário não for pertinente, informar "NÃO SE APLICA".
2. Impresso, este formulário deve ser colocado no envelope de habilitação do proponente, entregue no ato da inscrição, por via postal ou mediante protocolo de recebimento na sede do CAU/PE.

Recife, 18 de dezembro de 2018.

Rafael Amaral Tenório de Albuquerque
Presidente do CAU/PE